



SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL DE DOCENTES DO COLÉGIO ESTADUAL MACHADO DE ASSIS (LONDRINA-PR)

Alisson Vilas Boas¹

¹ Acadêmico do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho, Universidade Cesumar.
alissonvilasboas@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa as condições de saúde e segurança ocupacional de docentes da educação básica no Colégio Estadual Machado de Assis, em Londrina, Paraná. O objetivo é identificar os impactos do ambiente de trabalho na saúde e segurança desses profissionais no contexto ocupacional. A investigação parte da constatação da crescente precarização das condições laborais no ambiente educacional público, caracterizada por infraestrutura deficiente, sobrecarga de tarefas, pressão por desempenho, violência nas instituições de ensino e baixa valorização e remuneração do profissional. A metodologia adotada é de natureza quali-quantitativa, com delineamento transversal, envolvendo uma amostra de 24 docentes efetivos da instituição em análise. A coleta de dados realizou-se através de questionários e entrevistas, somada à observação e à análise de aspectos relacionados à estrutura física, à ergonomia, à organização da jornada de trabalho e às práticas de gestão escolar. Os resultados evidenciam fragilidades institucionais vinculadas diretamente ao ambiente de trabalho, tais como ruídos, inadequações higiênicas, iluminação insuficiente e climatização precária. Tais condições, somadas a outras, impactam a saúde física e mental dos docentes participantes, evidenciando alta prevalência de desgaste vocal decorrente do uso intensivo da voz (100%), distúrbios musculoesqueléticos (83,3%) e transtornos mentais comuns, incluindo sintomas de estresse, ansiedade e síndrome de burnout (66,7%). Evidencia-se a necessidade de ações intersetoriais para readequação dos espaços físicos da instituição, suporte psicossocial, implementação de programas de formação continuada em saúde ocupacional, reorganização das condições laborais e valorização profissional, fundamentais para a promoção de ambientes de trabalho seguros, saudáveis e sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Adoecimento; Dignificação da profissão; Ensino público; Meio ocupacional.

1 INTRODUÇÃO

A saúde e a segurança ocupacional dos docentes da rede pública no Brasil têm se consolidado como objeto de interesse crescente nas agendas educacionais, em razão da complexidade dos fatores de trabalho que permeiam o cotidiano escolar. A docência, particularmente no setor público, é marcada por condições adversas como infraestrutura física inadequada, jornadas excessivas, múltiplas demandas extraclasse, exposição a riscos psicossociais e recorrentes episódios de violência institucional e interpessoal. Tais aspectos contribuem para o adoecimento físico e mental dos educadores, comprometendo sua qualidade de vida e a eficácia do processo de ensino-aprendizagem (Oliveira; Araújo, 2005).

Desde a Antiguidade, observa-se a preocupação em compreender a relação entre trabalho e saúde. Mais de dois milênios antes da era atual, Hipócrates, frequentemente referido como o “Pai da Medicina”, registrou em seus escritos a ocorrência de intoxicação por chumbo em trabalhadores de minas, configurando uma das primeiras descrições sistemáticas dos efeitos nocivos do trabalho sobre o organismo humano. Tal registro inaugura um marco histórico na construção do campo da saúde ocupacional, ao evidenciar que o trabalho, para além de seu caráter produtivo, pode constituir fonte de risco e adoecimento (Gómez La-Rotta *et al.*, 2023). A partir da Revolução Industrial, os debates ganharam sistematicidade, culminando no fortalecimento de legislações e políticas públicas voltadas à proteção dos trabalhadores (Hobsbawm, 2018). No século XX, os movimentos sindicais impulsionaram avanços significativos nas condições de trabalho, incluindo a redução da jornada e a valorização da saúde ocupacional (Pimenta, 2012). No cenário



internacional, destaca-se a Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reconhece a saúde e segurança no trabalho como um direito dos trabalhadores, a ser protegido através de políticas, regulamentos e práticas de prevenção de riscos (OIT, 1981). No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) reforçaram a obrigatoriedade da redução dos riscos à saúde nos ambientes laborais, estabelecendo que: “art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; (...)” (Brasil, 1988, p. 7; Brasil, 1943).

A abordagem da Higiene Ocupacional fornece fundamentos essenciais para a antecipação, identificação, avaliação e controle dos riscos ambientais no trabalho docente, voltados à prevenção de agravos e à promoção da saúde. Em ambientes educacionais, destacam-se riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos, bem como fatores organizacionais e psicossociais que afetam diretamente a saúde dos trabalhadores (Brevigliero; Possebon; Spinelli, 2006). Estudos apontam elevada prevalência de distúrbios vocais, exaustão física, estresse crônico, transtornos de ansiedade e a síndrome de *burnout* entre docentes, frequentemente associados à sobrecarga de trabalho, desvalorização profissional e ausência de suporte institucional (Tardif, 2005; Maslach e Leiter, 1997).

Nesse cenário, torna-se imprescindível aprofundar o conhecimento científico sobre os fatores que impactam a saúde ocupacional dos docentes da rede pública, especialmente no que se refere às especificidades do ambiente educacional e às demandas da prática pedagógica. A produção de evidências empíricas sobre esse tema pode subsidiar a formulação de políticas públicas eficazes e ações institucionais que promovam ambientes de trabalho mais seguros, saudáveis e equitativos, contribuindo para a valorização e permanência qualificada dos profissionais da educação.

Esta pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, integrando fundamentos das áreas de saúde ocupacional, engenharia de segurança do trabalho, psicologia do trabalho, legislação trabalhista e ciências da educação. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo geral analisar as condições de saúde e segurança ocupacional dos docentes do Colégio Estadual Machado de Assis (CEMA), localizado em Londrina-PR, com ênfase nos impactos do ambiente de trabalho sobre a saúde física e mental dos profissionais. Os objetivos específicos são: diagnosticar o estado de saúde física e mental dos docentes; avaliar a infraestrutura da instituição de ensino e seus efeitos sobre a saúde dos profissionais; analisar a influência da carga horária aos sintomas de estresse, exaustão e *burnout*; identificar os riscos ocupacionais relacionados à violência escolar e às vulnerabilidades socioeconômicas da comunidade onde se insere a instituição do estudo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

2.1.1 Contexto da Instituição Investigada – Colégio Estadual Machado de Assis

Esta pesquisa foi realizada no CEMA, instituição pública vinculada à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), localizada em Londrina, Paraná. Trata-se de um colégio de porte médio, com atividades de ensino em tempo integral, atendendo 179 estudantes distribuídos entre os anos finais do Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio, conforme a política estadual de educação integral.



O corpo docente da instituição é composto por 33 professores, além de profissionais que integram a equipe pedagógica, administrativa e de serviços gerais, os quais são responsáveis pela operacionalização das atividades didático-pedagógicas e pela manutenção da infraestrutura escolar. O Colégio funciona em um edifício de dois pavimentos, cuja estrutura física contempla salas de aula regulares, laboratórios didáticos (incluindo o de informática e ciências), biblioteca, quadra poliesportiva descoberta, cozinha, área de serviços, refeitório, sanitários e espaços técnico-administrativos como secretaria, sala da direção, coordenação pedagógica e sala dos professores. Apesar de contar com uma infraestrutura relativamente completa, foram identificadas limitações estruturais e funcionais em alguns ambientes, que impactam direta ou indiretamente nas condições de trabalho dos docentes, no bem-estar dos estudantes e na efetividade das práticas pedagógicas. Tais características tornam o CEMA um cenário representativo para a análise das condições de saúde e segurança ocupacional no contexto educacional da rede pública paranaense.

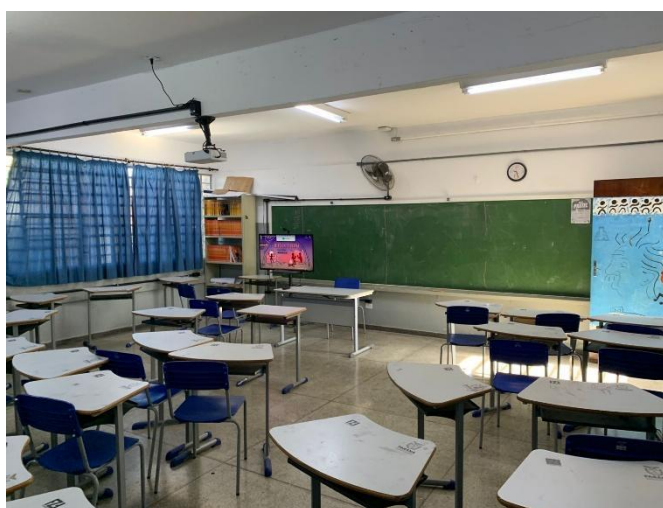


Figura 1: Sala de aula padrão do colégio
Fonte: O autor (2025)

Nas salas de aula, verificou-se a ausência de climatização, o que provoca desconforto térmico para alunos e professores durante os dias de verão considerando a sua localização. Essa situação não atende às recomendações da Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), que estabelece que condições ambientais adequadas são fundamentais para a saúde, o bem-estar e o desempenho profissional dos trabalhadores (Brasil, 2020).

Além disso, constatou-se que a instituição não possui formalmente a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), em desacordo com as exigências da Norma Regulamentadora nº 5 (NR-05), que orienta, inclusive para órgãos públicos, a criação dessas comissões como estratégia para prevenir acidentes e doenças ocupacionais, além de fomentar a cultura de segurança no trabalho (Brasil, 2019). A ausência desse colegiado compromete a implementação sistemática de medidas preventivas, a identificação de riscos e a participação dos trabalhadores na gestão da saúde e segurança no ambiente escolar.

Apesar da inexistência de registros oficiais de episódios de violência no interior do CEMA, constatou-se a ausência de canais institucionais formalizados para a denúncia, acolhimento e acompanhamento de situações envolvendo assédio moral, agressões físicas, ameaças e outras manifestações de violência simbólica ou interpessoal. A inexistência desses mecanismos compromete a efetividade da política de proteção à integridade física e emocional da comunidade escolar e pode acarretar significativa



subnotificação de casos, dificultando o reconhecimento institucional da problemática e a adoção de medidas preventivas e corretivas. Essa lacuna estrutural evidencia fragilidades na gestão de conflitos e na promoção de um ambiente escolar seguro, acolhedor e psicologicamente saudável para docentes, discentes e demais profissionais do colégio.

Adicionalmente, constatou-se a ausência de políticas institucionais voltadas ao suporte psicossocial dos profissionais da educação, incluindo atendimento psicológico, rodas de escuta, programas de bem-estar e estratégias de enfrentamento ao adoecimento ocupacional. Tal lacuna contraria o disposto na Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), que, em suas atualizações, enfatiza a importância de condições ergonômicas, ambientais e organizacionais adequadas para a promoção da saúde física e mental dos trabalhadores (Brasil, 2020). Também não foram identificados programas sistemáticos de valorização do trabalho docente, contemplando reconhecimento profissional, formação continuada institucionalizada ou incentivos vinculados ao desempenho pedagógico, em conformidade com os princípios da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata da gestão de riscos ocupacionais e da responsabilidade do empregador na implementação de medidas de prevenção e promoção da saúde e segurança no trabalho (Brasil, 2022). Essa ausência de suporte institucional evidencia uma vulnerabilidade organizacional que impacta diretamente a motivação, a saúde mental e o senso de pertencimento dos educadores, contribuindo para o desgaste emocional, aumento da rotatividade e risco de abandono da profissão.

2.2 MATERIAIS UTILIZADOS E METODOLOGIA APLICADA

A pesquisa adotou um delineamento transversal, com abordagem mista, de caráter quali-quantitativo, envolvendo uma amostra de 24 docentes efetivos da instituição. A coleta de dados integrou múltiplas dimensões do objeto de estudo, combinando questionários estruturados, entrevistas semiestruturadas e observações presenciais realizadas pelo pesquisador. As observações foram sistematizadas em relatório técnico de Avaliação Ambiental, no qual foram registrados dados institucionais relativos à iluminação, à ventilação, à temperatura, à ergonomia e aos níveis de ruído.

Os questionários, aplicados por meio da plataforma *Google Forms*, continham questões previamente validadas por especialistas em Ciências da Educação, com o objetivo de captar dados quantitativos sobre saúde, segurança, carga horária e condições de trabalho. Paralelamente, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com três docentes convidados, selecionados aleatoriamente, permitindo aprofundamento qualitativo sobre aspectos subjetivos, simbólicos e contextuais da vivência laboral.

As observações sistemáticas no ambiente escolar registraram aspectos da infraestrutura física, ergonomia dos espaços, organização do trabalho e dinâmicas relacionais cotidianas. Foram utilizados os seguintes materiais e equipamentos: gravador de áudio para registro das entrevistas; aparelho digital para registros fotográficos da infraestrutura da instituição; trena e medidor a laser para captar dados ergonômicos (dimensões mobiliárias, salas de aulas); decibelímetro e luxímetro para avaliação de níveis de ruído e luminância; termo-higrômetro digital para medição de temperatura e umidade relativa do ar; e materiais de registro sistemáticos de campo. Complementarmente, procedeu-se à análise documental de materiais institucionais e normativos, ampliando o escopo informacional e possibilitando a triangulação das fontes.

A análise qualitativa foi conduzida segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), permitindo categorização temática e interpretação sistemática dos discursos, com identificação de padrões, dissonâncias e significados emergentes. Os dados quantitativos foram submetidos à análise estatística com foco na mensuração das



proporções e tendências, de modo a caracterizar o perfil da amostra e suas condições de trabalho. Conforme Flick (2018), a triangulação metodológica é essencial em pesquisas mistas, pois amplia a compreensão do fenômeno ao confrontar múltiplas perspectivas e validar os dados obtidos. Neste estudo, essa estratégia integrou dados qualitativos, quantitativos, observacionais e documentais, conferindo maior rigor analítico, validade interna e profundidade interpretativa, ao permitir o cruzamento de informações de diferentes técnicas de coleta e reduzir potenciais vieses.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL (CAAE nº 86713825.7.0000.5217) e recebeu autorização formal da direção do CEMA, bem como do Núcleo Regional de Educação de Londrina, vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), em conformidade com os princípios éticos que regem pesquisas envolvendo seres humanos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E FORMAÇÃO DOCENTE

A análise do perfil dos participantes revelou predominância de docentes entre 35 e 54 anos (66%), com baixa representação de profissionais mais jovens e acima de 55 anos, indicando possível hiato geracional associado à desvalorização da carreira (Gatti; Barreto, 2009). A maioria é do sexo feminino (83%), refletindo o processo de feminização da docência (Louro, 1997). Em relação à formação, 50% possuem graduação, 33% pós-graduação (*lato sensu*) e 17% mestrado, sem registros de doutorado, evidenciando limitações na qualificação modalidade *stricto sensu* (Nóvoa, 2009) (Tabela 1).

Tabela 1: Perfil socioprofissional do corpo docente

Item	Questão	Respostas						
		< 25	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 >	-	-
1	Idade	< 25	25 a 34	35 a 44	45 a 54	55 >	-	-
		17%	-	33%	33%	17%	-	-
2	Gênero	Masculino	Feminino	Sem Resp.	-	-	-	-
		17%	83%	-	-	-	-	-
3	Estado civil	Solteiro	Casado	Divorciado	Viúvo	Separado	Outro	-
		33%	33%	17%	-	-	17%	-
4	Escolaridade	Superior	Lato Sensu	Mestrado	Doutorado	Pós-Dout.	Tecnólogo	Outro
		50%	33%	17%	-	-	-	-
5	Tempo serviço (anos)	< 5	5 a 10	11 a 20	> 20	-	-	-
		17%	-	33%	50%	-	-	-
6	Nível lecionado	Ed. Infantil	Ens. Fundamental	Ens. Médio	EJAs	Ed.Prof. Tec.	Ed. Esp.	-
		-	50%	50%	-	-	-	-
7	Vínculo	Concurso	Contratado	Estagiário	Bolsista	Outro	-	-
		83%	17%	-	-	-	-	-



8	Vínculo - outra instituição	Sim	Não	-	-	-	-	-
		67%	33%	-	-	-	-	-
9	Carga horária semanal (h)	< 20	20 a 40	> 40	-	-	-	-
		67%	17%	17%	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Referente à variável gênero, observa-se a predominância do sexo feminino entre os respondentes (83%), corroborando a tendência de feminização da docência, especialmente no âmbito da educação básica. Segundo Louro (1997), essa configuração está atrelada a construções sociais de gênero que historicamente associam a profissão docente a atributos como cuidado, afetividade e função maternal. Tais associações contribuem para a desvalorização simbólica e econômica do magistério.

A análise do perfil dos participantes indica uma predominância de docentes nas faixas etárias de 35 a 44 anos (33%) e de 45 a 54 anos (33%), evidenciando um corpo docente experiente e consolidado. A representatividade reduzida de professores com menos de 25 anos (17%) e acima de 55 anos (17%) sinaliza um hiato geracional na entrada e permanência na carreira docente, possivelmente associado à desvalorização histórica da profissão, à precarização das condições laborais e à insuficiência de políticas eficazes de incentivo à formação inicial e manutenção de jovens no magistério (Gatti; Barreto, 2009). Esse cenário compromete a continuidade das atividades escolares, fragiliza a permanência dos docentes e afeta negativamente a qualidade do ensino. Projeções indicam um déficit de aproximadamente 235 mil docentes na educação básica até 2040, decorrente da baixa atratividade da carreira, do envelhecimento do corpo docente e da evasão nos cursos de licenciatura (Instituto Semesp, 2022; Agência Brasil, 2022).

Em relação ao estado civil, identificou-se um equilíbrio entre docentes solteiros (33%) e casados (33%), com menor incidência de divorciados e outros estados civis (17% cada). Embora pouco explorada em pesquisas educacionais, essa variável pode influenciar na organização da vida pessoal e profissional, especialmente em contextos de intensificação do trabalho (Tardif, 2005).

Quanto à escolarização, verifica-se que 50% dos docentes possuem graduação em nível superior, 33% concluíram pós-graduação *lato sensu* e apenas 17% detêm titulação de mestrado. Nenhum dos participantes declarou possuir doutorado ou pós-doutorado, o que evidencia um desafio estrutural no que se refere à promoção da formação continuada e à inserção de docentes da educação básica em programas *stricto sensu* (Nóvoa, 2009). A qualificação docente é fundamental para o aprimoramento das práticas pedagógicas e valorização da profissão (Marcelo, 2009).

3.2 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL E VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS

No que se refere à trajetória profissional, observa-se que 50% dos docentes possuem mais de 20 anos de experiência e 33% entre 11 e 20 anos de atuação, enquanto apenas 17% exercem a docência há menos de cinco anos. Esse cenário configura um corpo docente com trajetória consolidada, o que, segundo Tardif (2005), representa um elemento estruturante do saber docente, construído a partir das experiências vividas e dos desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Os docentes participantes atuam nos níveis de Ensino Fundamental (50%) e Ensino Médio (50%), não havendo registros de envolvimento com Educação Infantil, Educação de



Jovens e Adultos (EJA), Educação Profissional ou Educação Especial. Tal delimitação pode refletir limitações institucionais e lacunas na formação inicial e continuada dos docentes.

Em termos de vínculo empregatício, a maioria dos participantes (83%) possui vínculo efetivo, obtido por concurso público, o que garante maior estabilidade e acesso a direitos previdenciários. Apenas 17% estão contratados em regime temporário via Processo Seletivo Simplificado (PSS), prática comum nas redes estaduais para suprir demandas emergenciais, mas que frequentemente resulta em insegurança jurídica e instabilidade profissional (Oliveira; Araújo, 2005).

3.3 MÚLTIPLOS VÍNCULOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A multiplicidade de vínculos também se mostra expressiva: 67% dos docentes declararam atuar em mais de uma instituição, em geral como estratégia de complementação de renda, considerando a histórica desvalorização salarial do magistério público (Santos; Lüdke, 2009) (Gráfico 1).

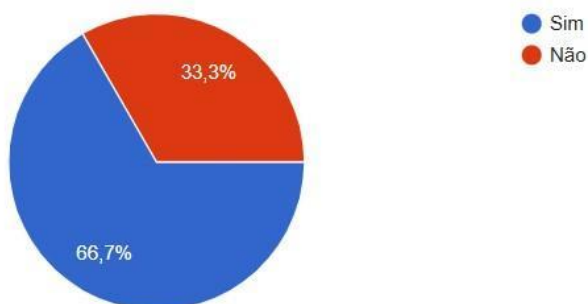


Gráfico 1: Vínculo de trabalho em outras instituições de ensino
Fonte: O autor (2025)

Embora 67% informem carga horária inferior a 20 horas por instituição, o acúmulo de contratos pode ultrapassar 40 horas semanais, gerando desgaste físico e mental significativo (Martinez; Latorre, 2006).

3.4 AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A avaliação da infraestrutura do CEMA revelou percepção majoritariamente positiva: 33,3% classificaram-na como “muito boa”, 50% como “boa” e 16,7% como “regular”. No entanto, persistem deficiências que impactam as condições de trabalho e a saúde docente. A ventilação das salas de aula, por exemplo, foi considerada apenas parcialmente adequada por todos os participantes. Apesar da existência de janelas, a ausência de ventiladores em funcionamento e de aparelhos para climatização — ausente em 83,3% das salas — compromete o conforto térmico. Ressalte-se que os equipamentos de ar-condicionado já foram entregues pela Secretaria de Educação, mas não foram instalados devido às questões técnicas do fornecimento de energia elétrica ao Colégio.

Em relação à presença de umidade e mofo, 50% não identificaram problemas, 33,3% relataram ocorrência rara e 16,7% indicaram episódios ocasionais. Apesar de não alarmantes, essas condições representam riscos respiratórios crônicos. Do ponto de vista ergonômico, apenas 16,7% avaliaram o mobiliário como totalmente adequado, enquanto 50% o consideraram pouco ergonômico, o que pode resultar em distúrbios osteomusculares. Sobre os recursos tecnológicos, metade dos docentes os considerou



satisfatórios, mas os demais apontaram limitações que dificultam o trabalho pedagógico. Apenas 16,7% relataram dispor de espaço adequado para alimentação e descanso, e somente um terço avaliou positivamente os banheiros.

3.5 CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E SAÚDE OCUPACIONAL

Todos os docentes consideraram a carga horária parcialmente compatível com as demandas da função, evidenciando sobrecarga relacionada à multiplicidade de tarefas. A avaliação da remuneração foi predominantemente negativa: 66,7% a consideraram “nada adequada” e 16,7% “pouco adequada”. Em relação à saúde ocupacional, apenas 33,4% relataram espaços regulares de diálogo com a gestão sobre o tema; 33,3% indicaram ocorrência rara e 16,7% afirmaram nunca ter vivenciado esse espaço.

A ausência de suporte psicológico institucional foi confirmada por 50% dos docentes, enquanto os demais desconheciam qualquer tipo de oferta nesse sentido.

Quanto à prevenção de doenças ocupacionais, 67,3% afirmaram que o colégio nunca promoveu ações preventivas, e nenhum docente declarou acesso pleno a serviços de saúde ocupacional. Metade dos docentes relataram acesso limitado, 16,7% conheciam os serviços, mas não os utilizavam, e 33,3% desconheciam sua existência. A comunicação institucional foi considerada “razoável” por 83,3% e “muito boa” por apenas 16,7%, revelando falhas na efetividade das informações.

3.6 SEGURANÇA NO TRABALHO E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

A formação preventiva sobre riscos ocupacionais não foi oferecida a nenhum docente. Metade manifestou interesse, mas relatou nunca ter tido oportunidade de participar. No que se refere ao enfrentamento do assédio moral, os dados indicam fragilidade institucional: 33,3% percebem a existência de políticas claras, enquanto os demais relatam falhas de implementação, insuficiência de divulgação ou ausência completa de políticas (Gráfico 2). A percepção de segurança interna também é parcial: apenas 16,7% a consideram eficaz, enquanto 83,3% indicam falhas no monitoramento.



Gráfico 2: Aplicação de políticas institucionais para prevenção de assédio
Fonte: O autor (2025)

Sobre experiências de violência, 66,7% dos docentes negaram vivências, 16,7% relataram episódios entre colegas e 16,7% preferiram não responder, o que pode indicar silêncio institucional ou naturalização de práticas violentas.

3.7 ANÁLISE QUALITATIVA DAS ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas com três docentes revelaram um cenário complexo das condições de trabalho na educação pública. Os relatos evidenciaram sobrecarga,



adoecimento físico e psíquico, relações ambíguas e sentimentos de desvalorização profissional. Quanto à infraestrutura do Colégio, um entrevistado destacou aspectos positivos, como organização e tranquilidade do ambiente, enquanto os demais relataram deficiências em situações relacionadas à ventilação, adequação dos sanitários, acessibilidade à instituição e recursos pedagógicos.

Na dimensão da saúde, os entrevistados relataram quadros de depressão, ansiedade, dores musculares e problemas respiratórios. Todos expressaram sentir-se desvalorizados por parte da sociedade e da gestão institucional; além disso, teceram críticas às políticas educacionais vigentes, caracterizadas por excesso de burocracia, escassez de recursos e distanciamento da realidade escolar.

3.8 INTEGRAÇÃO DOS DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

A triangulação dos dados amplia a compreensão das condições de saúde e segurança ocupacional. Divergências entre docentes e gestores sobre a infraestrutura revelam falhas nas ações de manutenção, especialmente em ambientes com sobrecarga térmica e ocupacional. Os sintomas de adoecimento físico e mental relatados estão corroborados por dados quantitativos e em consonância com indicadores da Organização Mundial da Saúde (OMS), evidenciando um contexto laboral estressante.

As relações interpessoais apresentam cordialidade superficial, porém refletem desgaste emocional, ausência de mediação de conflitos e falta de apoio psicológico. A sobrecarga laboral, intensificada por tarefas extracurriculares não remuneradas, afeta o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, comprometendo o bem-estar docente. A precarização salarial e o déficit de reconhecimento simbólico agravam esse quadro, reforçando tensões éticas e emocionais no exercício da profissão.

A responsabilização individual pela prevenção do adoecimento, aliada à ausência de políticas institucionais robustas, constitui uma lacuna crítica, já amplamente apontada pela literatura. Soma-se a isso a crescente burocratização do trabalho docente e o distanciamento das políticas públicas em relação às realidades escolares, o que compromete o sentido formativo e humanizador da docência, acentuando os impactos das reformas educacionais de viés gerencialista.

4 CONCLUSÃO

O perfil dos docentes do Colégio Estadual Machado de Assis é composto majoritariamente por mulheres, em faixa etária madura, com formação superior básica e experiência consolidada, mas com baixa titulação *stricto sensu*. Esse grupo exerce suas funções em condições laborais marcadas por múltiplos vínculos e jornadas fragmentadas, o que compromete a valorização da carreira e a estabilidade profissional.

A pesquisa identificou um ambiente de trabalho caracterizado por algumas precariedades físicas, sobrecarga laboral, fragilidades ergonômicas e ausência de políticas institucionais de saúde ocupacional. Tais fatores resultam em elevados índices de adoecimento, expressos em distúrbios musculoesqueléticos, estresse, ansiedade, depressão e esgotamento emocional. Soma-se a isso o aumento do chamado “tempo oculto” de trabalho, relativo a atividades extraclasse não contabilizadas, que intensifica a jornada e agrava os impactos sobre a saúde mental.

A situação é ainda potencializada pela insuficiência de suporte institucional e pela ocorrência de formas sutis, porém recorrentes, de violência simbólica e desvalorização profissional. As entrevistas, com os professores selecionados e interessados na pesquisa,



indicaram um processo de naturalização do adoecimento incorporado à cultura organizacional, acompanhado de frustração e sensação de invisibilidade social, em contraste com os princípios legais e éticos de valorização do magistério.

Esses achados evidenciam uma precarização estrutural do trabalho docente nas redes públicas de ensino, agravada pela ausência de políticas efetivas de saúde ocupacional e pela omissão institucional quanto à valorização profissional. Superar esse cenário demanda reformas físicas nas instituições de ensino, apoio psicossocial contínuo, redução do número de alunos por turma, valorização material e simbólica da docência, adoção de modelos pedagógicos flexíveis e protocolos de segurança. Tal transformação requer um compromisso ético e político que reconheça a docência como eixo estratégico do desenvolvimento social e da cidadania.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Em 2040, Brasil poderá ter carência de 235 mil professores, diz estudo.** Brasília, 16 set. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-09/em-2040-brasil-podera-ter-carencia-de-235-mil-professores-diz-estudo>. Acesso em: 19 set. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 mai. 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 1 – Disposições gerais sobre saúde e segurança no trabalho.** Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978. Atualizada em 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-01.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.** Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978. Atualizada em 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-05.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia.** Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978. Atualizada em 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/seguranca-e-saude-no-trabalho/normas-regulamentadoras/nr-17.pdf>. Acesso em: 17 set. 2025.



BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINELLI, Robson Gomes. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2018.

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Professores-do-Brasil-impasses-e-desafios.pdf>. Acesso em: 18 set. 2025.

GÓMEZ LA-ROTTA, Ehidéé Isabel; CASTELLANOS PFEIFFER, Claudia Regina; CORRÊA-FILHO, Heleno Rodrigues; CORRÊA, Carlos Roberto Silveira; AOKI, Francisco Hideo; GARCIA, Clerison Stelvio. **Nomeação e institucionalização da saúde do trabalhador: um campo em disputa**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 21, e00179, 2023. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00179>. Acesso em: 17 set. 2025.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARCELO, Carlos. **Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro**. Sísifo: Revista de Ciências da Educação, Lisboa, n. 8, p. 7-22, 2009. Disponível em: https://unitau.br/files/arquivos/category_1/MARCELO___Desenvolvimento_Profissional_Docente_passado_e_futuro_1386180263.pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

MARTINEZ, Marília C. R.; LATORRE, Maria do Rosário Dias de Oliveira. **Saúde e qualidade de vida dos professores: uma abordagem psicossocial**. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 178-193, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/>. Acesso em: 3 jun. 2025.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. **The truth about burnout: how organizations cause personal stress and what to do about it**. San Francisco: Jossey-Bass, 1997.

NÓVOA, António. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Revista Educació i Cultura, Barcelona, n. 17, p. 45-52, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ARAÚJO, Maria Cristina Soares de. **Precarização do trabalho docente: um novo modo de ser professor**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 94, p. 1127-1148, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 155: **Convenção sobre segurança e saúde dos trabalhadores e do meio ambiente de trabalho**. Adotada em Genebra, em 22 jun. 1981. Disponível em: https://trt2.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_155.html#155. Acesso em: 18 set. 2025.



PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2022.

SANTOS, Lenira Haddad dos; LÜDKE, Menga. **O trabalho docente em questão: múltiplos vínculos e intensificação**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 138, p. 227-247, maio/ago. 2009.

SEMESP. **Instituto Semesp aponta déficit de professores**. São Paulo, 14 out. 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mais-pesquisas/2022/10/14/instituto-semesp-aponta-deficit-de-professores/>. Acesso em: 18 set. 2025.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.